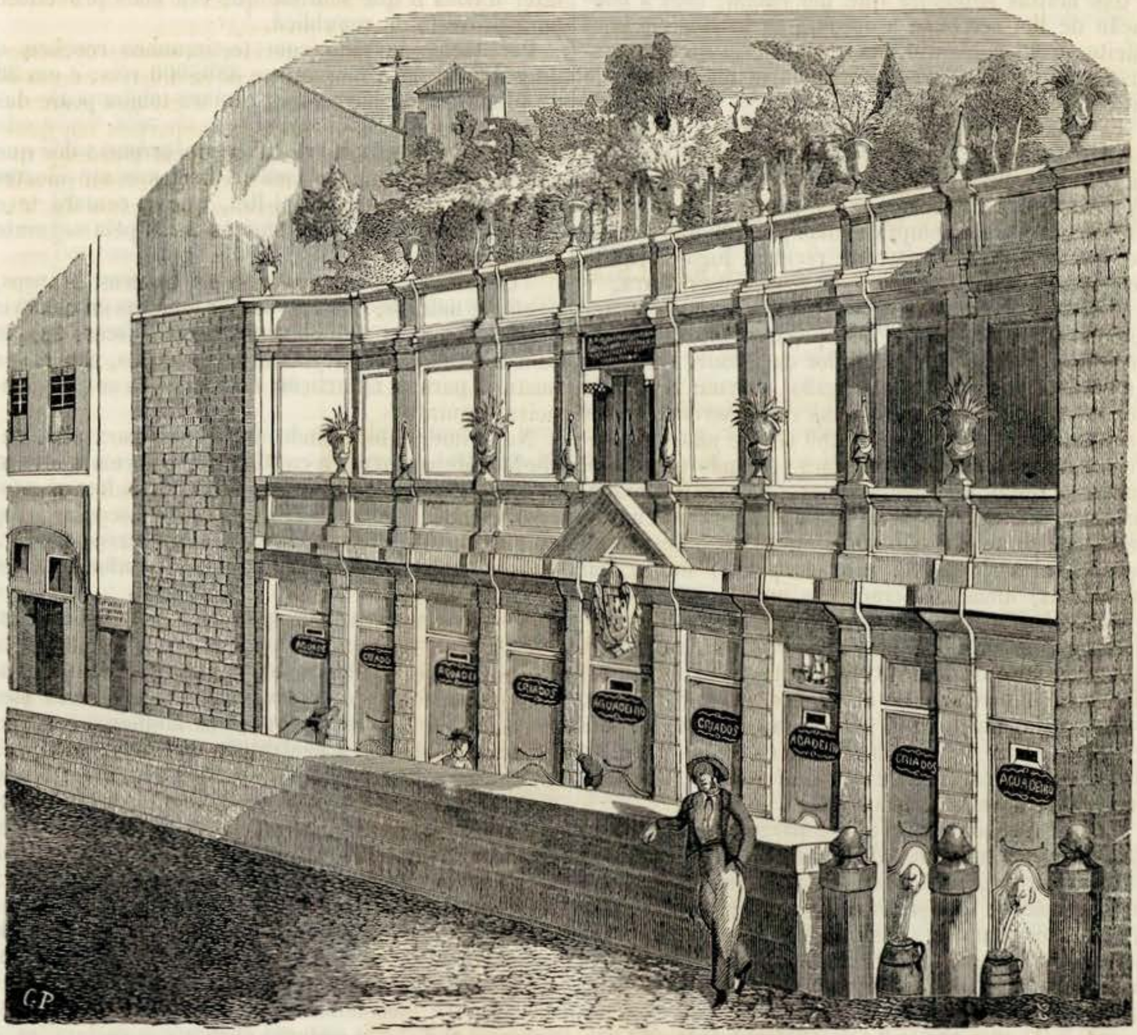



Chafariz del-Rei — Desenho de G. Pereira — Gravura de Coelho Junior

Estamos vendo o primeiro chafariz que houve em Lisboa; onde fizeram agoada as armadas que d'este porto sairam para os descobrimentos e conquistas da Africa, da Asia e da Oceania; d'onde se provia toda a cidade no meado do seculo XVI, porque um documento de 1541 (que ao diante apontaremos), diz que não havia outra agua de beber para a gente de Lisboa; e ainda no seculo passado lemos no *Aquilegio Medicinal*, do dr. Francisco da Fonseca Henriques, medico del-rei D. João V: «D'esta agua bebeu a maior parte das duas Lisboas [1], e foi sempre muito estimada em quanto não houve o chafariz da Praia.

Além d'esta antiguidade, liga-se ao chafariz del-Rei a tradição de que Affonso de Albuquerque nascêra nas casas que lhe ficam sobranceiras, pelo que houve uma prolongada demanda com a camara municipal e os successores d'aquelle nosso heroe, que só terminou o anno passado por composição feita com o excellentissimo conde de Peniche, senhor de alguns morgados de Albuquerque.

A frontaria recentemente concluida, tal como se vê da nossa gravura, foi obra da actual vereação, que alcançou da bisarria do illustrado conde de Peniche, o que em tantos seculos não obtiveram as antecedentes.

[1] Estava então a cidade dividida em oriental e occidental.

Antes de dar as noticias que extrahimos dos volumosos autos d'esta demanda, resumiremos o que a respeito da antiguidade d'este chafariz escreveu o fallecido archivista da camara municipal de Lisboa, José Sergio de Andrade e Silva.

«Muito temos trabalhado para descobrir a antiguidade d'este chafariz, e a noticia mais remota que encontrámos, foram duas cartas regias del-rei D. Affonso V, datadas d'Alemquer aos 16 de setembro de 1487. Na primeira se manda fazer um encanamento, desde o chafariz até á muralha do mar, para os bateis da ribeira alli receberem a agua precisa para as aguadas da marinha, cuja obra tinha sido orçada em 12$000; e na segunda se participava ao corregedor de Lisboa, que estavam dadas as ordens ao patrão da nau para que fallasse com os mestres de todos os navios que estivessem no porto, e cada um com seu batel dar um dia de serviço em carretar pedra e cal; e quando não quizessem, elle corregedor os constrangeria, fazendo dar a cada um seu giro.

Uma carta regia del-rei D. Manoel, datada de Almeirim aos 2 de Maio de 1494, manda que se não façam mais experiencias para subir a agua do cha-

fariz del-Rei, e se deixe no estado em que estava.

Ainda no anno de 1517 era descoberto, e Lopo d'Albuquerque se offereceu a cobril-o de madeira e telha, em consequencia dos muitos limos que creava, e das muitas sujidades que lhe caiam; com a condição de lhe ser paga a despeza se produzisse bom effeito, e ao contrario, nada receberia do que gastasse; o que foi approvado por carta regia de 21 de dezembro do dito anno.

Este Lopo d'Albuquerque tinha umas casas por cima d'este chafariz, encostadas á muralha da cidade, exactamente no logar aonde hoje corre a linha das bicas; e a camara, por seu procurador João Fogaça, contratou a compra d'ellas por 2:000$000 réis, de que o dito Albuquerque recebeu logo 120$000 réis; porém não consta que se fizesse escriptura.

Falleceu o vendedor, e em 1541, talvez por se ter movido questão sobre o final pagamento, o licenciado Philippe Fogaça, procurador da cidade, veiu com uns embargos mostrando lesão enorme n'aquella venda, pois que além das ditas casas serem foreiras ao armazem (arsenal) em 1$280 réis, e não ter havido o consentimento dos officiaes, estando por isso o contrato nullo, em nada eram precisas á cidade, pois estavam em um becco, sem entrada de rua direita, em parte que não podia entrar uma besta carregada, nem de lenha, nem de palha; muito mal repartidas, umas em cima das outras; sem terem vista senão da ribeira e mar; e que segundo a commum estimação de homens entendidos, ao tempo que fôra feito o contrato, nem antes nem depois valiam 600$000 réis; e no dito preço de 500$000 réis, eram ainda muito caras; e a cidade era muito lesa em as comprar por serem velhas; que finalmente, ou fosse a cidade desonerada da dita compra, ou se fizesse uma nova avaliação.

Foram recebidos os ditos embargos, dos quaes se deu vista aos herdeiros do finado, figurando Manoel d'Albuquerque, seu filho, com procuração bastante de sua mãe; e que se os reos tivessem contrariedade viessem com ella. Assim o fizeram; dizendo: que a cidade allegára já no feito os artigos da lesão que ora allegava, e sendo bem vistos e examinados lh'os não receberam por desembargos que estavam nos autos; pelo que não podia já allegar lesão; que desde o tempo que a cidade fizera o contrato, passaram muito mais de quatro annos; que esta cidade de Lisboa era uma das principaes da christandade, e muito nobre, e de grande renda; e uma das coisas mais necessarias que tinha, sem a qual se não podia manter, era o chafariz del-Rei, de que bebia toda a cidade; *e não havia outra agua de beber para a gente de Lisboa;* que as casas da contenda estavam sobre o chafariz, e sobre a arca de agua; por isso o que morava dentro ficava senhor do chafariz, e seus servidores podiam deitar na agua sujidade e peçonha, e o que quizessem; pelo que fôra grande proveito da cidade comprar as ditas casas, e não havia coisa em que se estimassem, por ser tão necessaria á dita cidade, como era o dito chafariz; de maneira, que ainda que a cidade désse muito mais dinheiro do que dava, fazia muito bom partido, por ser para coisa tão nobre e necessaria. Que a cidade interviera n'esta compra sabendo que as ditas casas eram foreiras ao armazem, concedendo o seu aprazimento para que se déssem a Lopo d'Albuquerque cinco mil cruzados pelas ditas casas; e não as mandára tomar por força, porque aos fidalgos velhos e honrados, como era o dito Lobo d'Albuquerque, não se costumava n'este reino tomar por força, senão muito por sua vontade; pelo que a cidade embargava mal, e d'isto era publica voz e fama.

Foi recebida esta contrariedade, e a cidade veiu com sua *repricação,* e os reos com *treppricação;* e a final se proferiu sentença aos 16 de janeiro de 1542, pela qual se mandou — que a camara pagasse aos reos pelas ditas casas 1:000$000 de réis, e elles reos as deixassem livres e desembaraçadas á cidade, para fazer d'ellas o que sentisse que era mais proveitoso para proveito da republica.

Por termo lavrado com testimunhas recebeu o dito Manoel de Albuquerque 880$000 réis; e em 30 de junho do mesmo anno a camara tomou posse das cazas.

Por aquelle tempo era tal a concorrencia dos que alli iam buscar agua, taes as brigas e até mortes que havia no chafariz del-Rei, que a camara teve de regular a vez e distribuir as bicas pela seguinte postura:

«Constando ao senado que ha homens brancos, negros e mouros, que se vão pôr ás bicas do chafariz del-Rei a vender agua a quem a vae buscar, de que se seguem brigas, ferimentos e mortes, faz a sua postura para a repartição das ditas bicas pela maneira seguinte:

Na primeira bica, indo da ribeira para ella, encherão pretos forros e captivos, que forem homens.

Logo na segunda seguinte poderão encher os moiros das galés, sómente a agua que for necessaria para suas aguadas, e tendo cheios seus barris, ficará a dita bica para os negros e mulatos, conforme a declaração atraz.

Na terceira e quarta, que são as duas do meio, encherão os homens e moços brancos; e na quinta seguinte logo, encherão as mulheres pretas, mulatas, indias forras e captivas; e na derradeira bica da banda de Alfama encherão as mulheres e moças brancas, conforme a declaração das bicas, sob pena de quem o contrario fizer do que está dito, sendo pessoa branca e forra, assim homem como mulher, pagará 2$000 réis de pena, e estará na cadeia tres dias sem remissão; de que haverá metade da pena do dinheiro quem o accusar, e a outra metade para a cidade.

A mesma pena terão os ditos brancos, mulatos, indios e pretos forros que encherem por dinheiro, ou achando-se que enchem em qualquer outra bica das que se lhes nomeiam, posto que corra a dita agua no chão, não poderão encher nas declaradas, e os negros, e captivos, e os mais escravos e escravas, como forem pessoas captivas, que o contrario fizerem do que está dito, serão publicamente açoitadas com baraço e pregão de redor do dito chafariz, sem remissão, conforme a provisão del-rei nosso senhor novamente passada, as quaes penas se executarão tres dias depois da publicação d'esta postura, que se lhes dão para vir primeiro á noticia dos moradores d'esta cidade.»

Luiz de Carvalho tinha um poço nas suas casas, pegadas a este chafariz, e por alvará de 11 de março de 1589, se mandou que se entupisse, visto a grande diminuição que se sentia no chafariz, quando se tirava agua do dito poço, assim como a abundancia quando se não tirava. O proprietario oppoz-se, de que se seguiu uma demanda, em resultado da qual o senado tomou posse do referido poço, em 5 de dezembro de 1612, depositando 750$000 réis. Finalmente, por quitação de 26 de agosto de 1624, recebeu D. Brites Dayalla, como herdeira do sobredito Luiz de Carvalho, aquella quantia, por indemnisação do mesmo poço.

Tambem por outro alvará d'aquella mesma data, se mandou que o senado tomasse posse de outro poço existente nas casas de Francisco de Sousa, juntas ao dito chafariz, e que a sua agua fosse alli levada por cano separado.

Agora daremos uma breve descripção d'elle.

(Continúa)

## CHIQUINHO

(IMITAÇÃO DE UM ROMANCE DE CARLOS DESLYS)

I

.........................................................

.........................................................

— O que? O que!... dizia eu admirado. Chiquinho não é filho do sr. Xavier da Fonseca?!

— Não senhor! respondeu com orgulho o camponez. Chiquinho é meu filho!

— Oh!...

— É uma historia muito comprida, essa!

— Porque não m'a conta?

— De muito boa vontade!

Sentámo-nos á sombra de uma maceira; e elle começou assim a sua narrativa.

II

Ha doze annos, Giraldes era simplesmente uma pobre terra de pescadores, onde quasi ninguem vinha tomar banhos do mar. As estradas eram ainda peiores, a moda levava o madamismo para a Nazareth, e as pessoas que iam a Peniche não se lembravam nunca d'esta humilde praia. A casa de azulejo, que é como por aqui se costuma chamar á habitação do fidalgo, estava sem gente desde a morte do seu ultimo proprietario; e os habitantes do logar não tinham visto nunca um senhor fino, e ainda menos uma dama da corte.

Inesperadamente, uma tarde de julho, entrou em Giraldes um carro armado. Julgará o senhor da admiração de cada um! Estava todo o povo ás portas: as crianças gritavam como selvagens; o proprio regedor escancarava os olhos, e imaginava, pelo menos, que era a pessoa do rei que vinha ver o sitio!...

Dentro do carro vinha um sujeito dos seus cincoenta annos, e uma senhora que tinha ares de ser sua esposa; mais duas meninas, uma das quaes, a mais moça e bonita, vinha pallida como morta.

N'outro carro atraz vinham os criados sentados nas bagagens, e a cavallo dois criados de libré. Um d'elles, n'uma occasião em que serenou a chiadeira dos carros, perguntou á multidão onde era o caminho para a casa de azulejo; todas as vozes responderam ao mesmo tempo, todas as mãos fizeram o mesmo signal, e os cavallos partiram a galope, deixando toda a gente presa de uma curiosidade, de uma admiração, como não se torna de certo a dar o caso novamente!...

Mas, um pescador, que desde o principio da scena parecia querer reunir as suas reminiscencias, exclamou de repente.

— Ah! já sei! Ah! que já sei! Ai, agora é que eu sei!...

E como era qual a qual lhe havia de dirigir mais perguntas, elle proseguiu:

— É o sr. Xavier da Fonseca, negociante que enriqueceu no Brasil, e que voltou ha dois annos a Portugal.

— E a senhora que ia sentada ao lado d'elle?

— Vem a ser a mulher.

— E a menina pallida?

— É a filha, chama-se..., ora esperem, assim a modo de Eugenia...; é isto mesmo! Chama-se Eugenia!

— E a outra... a outra menina?

— É como quem diz mestra, mas d'ella só.

— Mas para que vêem elles para aqui? Mas que vêem elles cá fazer? Mas como? Mas por via de que?

D'esta vez, não foi já o pescador que respondeu; foi o velho jardineiro da casa, que passava apressurado pela praia, e que, por sua vontade ou não, teve de dar as mais amplas explicações: que o sr. Xavier da Fonseca era grande amigo do conde, e que o conde lhe havia cedido até ao outono a sua casa de Giraldes; que a menina ia tomar banhos do mar; que se resolvêra isto por ordem dos medicos; que estava extremamente doente, etc. etc.

Apesar d'estas noticias, o povo de Giraldes conservou-se em grupos até deshoras. Já aqui tem chegado de Peniche o rumor de duas revoluções, e, póde acreditar-me, nunca foi peior do que isto!

Emquanto a mim, assisti ao parar do carro, e estive a ver tudo com o meu Chiquinho pela mão. Elle tinha então nove annos, e, sem ser para nos gabarmos, minha mulher e eu, mas sempre aquillo era a mais bonita criança que tem visto o sol!

Tinha os cabellos da côr do oiro quando é novo; uns olhos azues em que se via o ceo; a pelle tão branca que fazia gosto encostar-lhe um dedo para fazer brotar alli uma rosa vermelha; e depois, o ar tão terno, o sorriso tão meigo a cavar-lhe nas faces umas covinhas proprias para encher de beijos! Era um anginho! Não lhe faltava senão azas! Não se víra nunca n'aquella idade um juizo assim; e depois, tinha no coração d'estas coisas que as crianças não tem nunca, e os homens raras vezes: sabia recordar-se! sabia estimar!

Haviamos tido o infortunio de perder uma filha aos dezeseis annos; Chiquinho tivera tanta pena como nós. É verdade que, segundo o costume no campo, era a sua pobre irmã que a maior parte das vezes andava com elle ao collo, quando era pequeno e nós iamos para o trabalho; tinha sido ella que havia guiado os seus passos, cuidado da sua infancia, adormecido as suas dores, e dado estimulo ás suas alegrias; tinha sido para elle uma verdadeira mãe, sempre prompta para brincar e para sorrir; mas acontece o mesmo com todos os irmãos, e todavia ia apostar, que nenhum seria capaz de se portar depois como o Chiquinho. Desde os primeiros dias da doença da nossa querida Catharina, elle desertou dos prazeres da sua idade para estar sempre á cabeceira da irmã; tentámos debalde afastal-o quando o mal peiorou. Contar-lhe como elle fallava, como lhe dava animo, como a consolava, seria impossivel. Quando ella nos faltou receámos que elle morresse tambem. Chamava por sua irmã com uma vozinha afflicta, e quando se fechou o esquife pediu para tornar a ver Catharina; supplicou isto de tal fórma que fiz entreabrir o lençol. Ajoelhou então em silencio, e com a cabeça inclinada e os olhitos extremamente abertos, olhou para ella muito tempo, como se quizesse firmar para sempre na memoria a pallida imagem da defuncta. Depois, ergueu-se de repente, e n'um tom de voz que ainda sinto ao ouvido:

— Minha irmã! — disse: Nunca me hei de esquecer de ti! Vamos ao cemiterio agora!

Se as lagrimas podessem contar-se, — e talvez os anjos de Deus as contem lá em cima! — ter-se-hia facilmente a prova de que a criança chorou tanto como o pae e a mãe! Veiu depois uma longa doença e Chiquinho esteve a ponto de ir reunir-se a Catharina. O ceo fez-nos presente d'elle; mas, uma poderosa tristeza parecia haver ficado gravada no seu olhar, na sua voz, no seu sorriso. Todas as noites antes de adormecer, não deixava nunca de lembrar na sua resa o nome de Catharina. Durante o dia, e a proposito de tudo, dava-se ao prazer amargo de m'a recordar a cada instante. Era uma doce melancolia que tinha n'alma!

Tornava-se preciso narrar-lhe tudo isto, senhor, para entender bem o que vae passar-se.

Quando chegou a Giraldes o sr. Xavier da Fonseca

creio que já lhe disse, Chiquinho estava a meu lado, entre a multidão. Para dizer o que é certo, a curiosidade geral tinha-se apoderado de mim, e havia já um instante que eu não prestava attenção ao meu pequeno. De repente, puz os olhos n'elle. Parecia enleado n'uma commoção extraordinaria, e pelas faces de assustadora pallidez lhe rolavam grossas lagrimas.

—Ó meu Deus! exclamei: que tens tu Chiquinho?

Pareceu não me ouvir, e ficou immovel, com o olhar fixo, e o pescoço a alongar-se na direcção em que acabava de desapparecer o carro.

— Chiquinho! repeti eu cada vez mais inquieto; mas que tens tu?

— Não viu aquella menina, pae? disse elle emfim.

— Vi, e então?

— Não reparou que se parecia com alguem...?

— Com quem?

— Quando a vi, cuidei que era minha irmã Catharina que voltava!

E a criança, como tomada de uma commoção subita, principiou a tremer; depois, soluçando, caíu-me nos braços.

Levei-o para casa, chamei Margarida, — é o nome de minha mulher — deitámol-o na sua caminha, e como não ha medico no logar, puzemos-nos a tratal-o o melhor que podémos

Não tardou muito que socegasse: fez-nos signal para o deixarmos em socego, e pareceu adormecer, mas um somno estranho, com a bocca entreaberta, e os olhos fixos no tecto.

— Catharina! murmurava de vez em quando, e em tom tão baixo que dir-se-hia fallar a um phantasma: «Catharina... ainda és tão branca como a ultima vez que te vi no teu lençol? És tu, Catharina? És realmente tu, minha irmã?»

E parecia feliz, sereno, encantado como se estivesse olhando por uma janella do paraiso.

— Deixa-o! disse Margarida, levando-me do quarto. Está a sonhar!

— Que importa! retruquei eu. Tudo isto me inquieta, e vou já chamar um medico!

Parti a correr para o logar de Santa Quiteria, onde morava um facultativo. Em quanto a Margarida, ouvia-a murmurar com ar pensativo:

— Diz-me o coração que para a doença do Chiquinho só Deus póde valer-lhe; vou rezar ao pé do tumulo da nossa filha.

Quando trouxe o medico — e mais eu seguira, se é que não precedera, o trote largo do seu cavallo — encontrámos Margarida louca de desespero e de terror. Ao voltar do cemiterio subira ao quarto em que tinhamos deixado a criança; o quarto não tinha ninguem.

— Perdemol-o para sempre! suspirava a pobre mãe afflicta. Sua irmã Catharina estava aqui ainda ha pouco... Elle bem a via! Tel-o-ha levado comsigo!

Pouco faltou para eu participar da supersticiosa afflicção de Margarida. Felizmente, o medico fez-me observar, que a janella estava aberta, e que por baixo da janella, onde trepava uma pereira, havia signaes de pés pequenos na terra revolvida de fresco de um dos alegretes. — Socegue, bom homem! dizia-me elle. Aqui está vendo que a criança tem pé leve, e que até se encontrar ou voltar nada tenho que fazer aqui.

Eu estava já no jardim, com a cara encostada á terra, para ver se ia na pista de Chiquinho. Margarida corria para um lado e outro. Duas horas depois voltavamos ambos, mas de cabeça baixa e olhar aterrado. Nenhum de nós havia encontrado a criança, e não pensavamos sequer o que era feito d'ella. Esperámos toda a tarde entre angustias que não se contam. Ia caindo a noite... e nada! ainda nada! De repente, ao dar das Ave-Marias, abriu-se a porta devagarinho, e Chiquinho entrou!

Já vinha outra vez com a côr e o olhar vivissimo, que lhe eram proprios: simples, sereno, alegre: dir-se-hia que nunca houvera tido melhor saude que n'aquella noite:

— Ó rapaz da fortuna! exclamámos nós, Margarida e eu. De onde vens tu? Que foste tu fazer?

Poz um dedo sobre os labios e respondeu:

— Fui dar as boas noites a Catharina!

— A Catharina?

— A menina pallida, que mora na casa de azulejo. Escondi-me atraz da latada das hortensias. Ninguem podia dar por mim. Ninguem! Esperei muito tempo, até que ella chegou á janella... Continuei escondido, e principiei a olhar, a olhar, com um prazer tão intimo que nem reparei que chegava a noite. Apenas quando já não via senão o vestido branco, é que me lembrei de voltar para casa. De mais a mais ella recolheu-se e fechou a janella. — «Boa noite, murmurei eu então em voz baixa. Boa noite, Catharina!» Depois voltei. Eis tudo. Perdôe-me, meu pae! Minha mãe, perdôe! Dei-lhe cuidados, mas fui tão feliz!

Pobre criança! Nenhum de nós teve animo de lhe ralhar. Minutos depois, estava já adormecido, tranquillo e angelico. Um sorriso fresco e suave lhe voltejava nos entreabertos labios. Apenas ao canto das palpebras fechadas havia uma lagrima, similhante áquellas gotas d'agua que tremelêam sobre as flôres depois da chuva. Margarida e eu, sem saber porque, choravamos tambem.

(Continua) JULIO CESAR MACHADO.

---

## SELVAGENS DA AUSTRALIA

Quasi todas as descripções da Australia pintam os seus naturaes com as mais negras côres. Dizem que é uma raça ignobil, mais similhantes aos brutos que aos homens. Pobres negros! que na verdade são de uma raça inferior á nossa, mas por isso mesmo devemos lastimal-os e não despresal-os.

Se os habitantes da Australia se conservam no estado selvagem, se não tem nenhuma idéa de propriedade, nem talvez nenhuma idéa de religião, depende isso das condições em que tem vivido desde a sua origem. Que propriedade podia ter estabelecido o australio? A terra em que vive não produz trigo, nem arroz, nem nenhuma raiz de que se possa alimentar. Nenhum fructo pende das suas arvores, senão algumas groselhas miudas, e ruins amoras. Em compensação a sargueia, o cangurú, o esquilo, o gato selvagem, e os passaros de toda a especie são alli tão numerosos, que basta, tanto monta, estender a mão para os apanhar. Além d'isto, o Creador, que parece ter-lhes recusado os beneficios que nos prodigalisou, deu-lhes em troca um clima em que podem viver sem necessidade de abrigo, e sem que nenhum animal feroz, á excepção de raras serpentes, lhes infunda terror. Para elles um dia segue-se a outro sem fome nem frio; as suas provisões de bocca são as mesmas em todo o anno, occultas no tronco de algumas arvores. Nada póde melhorar nem augmentar de quanto os cerca; nada ha pois que os obrigue a trabalhar, a pensar nem a pedir.

Citemos um facto para provar claramente, que a bruteza em que vivem os indigenas da Australia é consequencia da esterilidade do seu paiz, e tambem da ausencia do frio e da fome. Quando em 1836

Batman alli aportou com seus companheiros, viram entre os naturaes que assistiam pasmados ao seu desembarque, um homem alto, claro, mas que difficilmente se reconhecia ser europeu. Este homem, quando elles lhe fallaram, pareceu despertar da sua lethargia, e, repetindo as palavras que elles lhe dirigiam, tentava recordar idéas esquecidas desde muito tempo. Pouco a pouco conseguiu fazer-se entender em inglez. Era um tal Buckley, que tinha sido soldado do regimento do rei, e que, sentenciado por insultar gravemente um seu superior, fôra degradado para a colonia ingleza de Victoria. Desembarcando na costa de Porto-Philippe em 1803, foi recolhido pelos negros, que o admittiram entre si, e com quem vivêra trinta e tres annos, adoptando inteiramente o modo de viver d'elles, esquecendo até a sua propria lingua. Se o paiz lhe tivesse parecido capaz de melhoramento, se Buckley experimentasse outras necessidades além da dos indigenas, não teria elle introduzido algumas modificações no viver da tribu de que fazia parte?

«De toda a tribu da Yarra, diz um viajante moderno d'antes tão numerosa, não restam hoje mais que dezesete individuos.

Se consultardes uma carta ingleza de Victoria, notareis um sitio assim designado: *Reserve for de blachs*. «Reservado para os negros». É quanto se lhes deixou do seu antigo territorio, e é unicamente na carta que estas quatro palavras parecem ter uma intenção *philantropica*, porque a provincia é horrivel, a peior de quantas tenho conhecido na Australia; e coisa singular, está encravada na porção mais rica da colonia. Ora, como os negros não acampam senão em paragens risonhas, na margem de rios ou de ribeiras, e debaixo de grandes gommeiros que lhes fornecem a caça, ficaram nas margens da Yarra.

São elles que nos abastecem de patos e de peixe. Em troca damos-lhes polvora e chumbo, e quando vêm pedir á porta das nossas cosinhas, nunca se retiram descontentes.

Tinha por tal fórma ouvido fallar da fealdade dos australios, que me espantou achal-os muito melho-



Selvagens da Australia

res do que esperava. As mulheres são realmente feias, mas entre os homens ha alguns altos e bem feitos. O andar, vagaroso e indolente, não deixa de ter sua nobreza; assentam o pé com uma solemnidade, que lembra o passo grave dos actores tragicos em scena.

Quando pedem de comer ou qualquer soccorro, é laconicamente, e com a cabeça levantada, muitas vezes com uma entonação de voz submissa, mas sem baixeza. Esta pobre gente, comtudo, conhece a sua inferioridade. Se lhes perguntaes a que se tornam depois de mortos, respondem-vos que renascem sob a figura de um branco. «Meu irmão muito tempo morto», me chamava um preto velho, e isto com uma especie de affecto respeitoso. Pobres negros, é a sua crença hoje; agora dizem elles o mesmo que os selvagens da America diziam d'antes: «Homem branco vindo, homem negro ido»; mas ajuntam como para se consolarem: «Pouco a pouco todos os pretos serão brancos.»

Os negros da Australia reconhecem os laços de familia; têm uma só mulher, porém não casam na sua tribu. Quando um rapaz quer casar, rapta uma filha da tribu visinha; ha então um combate simulado entre as duas tribus, a lucta acaba por grandes danças, e a mulher fica com o seu raptor. Vivem acampados por turmas, e quando as tribus são pouco numerosas, por tribus inteiras. Não fazem cabanas permanentes; de verão poucos ramos de gommeira entrelaçados e postos sobre estacas os resguardam do sol e do vento quente; de inverno tiram a cortiça das arvores em toda a circumferencia do tronco, e com ella fazem um abrigo contra a chuva. Acocorados na terra nua, ou em pelles de sargueia, que lhes servem de cama e de vestido, passam as noites e grande parte do dia.

Vivem da caça, mas não têm panella para cosinhar; põe a carne ou o peixe sobre as brasas, e a comem quando está assada. Não esfolam os animaes, mas pellam-n'os completamente, e assim os põem ao fogo, o que faz com que a pelle estique a tal ponto que o assado parece um odre cheio de vento. Esta cosinha é de repugnante apparencia, mas boa para quem gosta de comida sem sal e sem temperos...

A estampa que damos d'estes indigenas é tirada da excellente publicação franceza *Le tour du Monde*.

## FRAGMENTOS DE UM ROTEIRO DE LISBOA (INEDITO)

### PALACIOS REAES

(Vid. pag. 167)

El-rei D. João I construiu uma casa de campo em Bemfica, onde depois fundou para frades dominicos o seu convento de S. Domingos. Esta fundação foi feita a pedido do celebre chanceller João das Regras, que jaz em mausoleo de pedra na egreja do referido convento.

Edificou mais aquelle soberano um dos palacios de Santarem, e o palacio real de Almeirim, reconstruido depois e augmentado por el-rei D. Manuel; e reedificou os paços de Cintra, que desde o tempo dos moiros, seus fundadores, ficaram abandonados e em ruinas.

No reinado de D. Affonso V adquiriram celebridade os paços de S. Christovão, pelas grandiosas festas que n'elles se fizeram por occasião do consorcio da infanta D. Leonor, filha del-rei D. Duarte, e irmã de D. Affonso V, com Frederico III imperador de Allemanha. Da sé, onde se effeituou a ceremonia do casamento por procuração, veiu a nova imperatriz para os paços de S. Christovão, em que residiu os dias que se demorou em Lisboa até á sua partida. Apesar de muitas diligencias, não temos podido descobrir quem fosse o fundador d'estes paços, que no reinado de D. João II pertenciam a D. Alvaro de Bragança, regedor das justiças, filho de D. Fernando 1.º do nome, e 2.º duque de Bragança; e depois vieram para casa dos condes de Aveiro e marquezes de Vagos, onde se conservam, posto que arruinados pelo terremoto de 1755. Ainda mostram algumas partes da edificação primitiva. Tratâmos d'elles n'outro capitulo.

Querendo el-rei D. Manoel uma residencia mais condigna ás prosperidades e grandezas com que o favorecia a fortuna, mandou fazer a grande praça do *Terreiro do Paço*, em terreno roubado ao Tejo, e n'ella erigiu os *paços da Ribeira*, para onde veiu viver, e onde falleceu. No seu tempo occupava este palacio parte do lado do norte da praça, onde hoje vemos os palacios da secretaria da justiça, e da camara municipal. Posteriormente acrescentaram-lhe um lanço, que guarnecia o lado occidental da praça, e corria sobre os armazens da casa da India, edificados por D. Manoel. Filippe II de Hespanha, tendo-se apossado de Portugal, construiu o torreão que deitava sobre o Tejo, e que estava onde agora se acha o torreão da secretaria da guerra, feito á similhança d'aquelle. El-rei D. João V augmentou consideravelmente os paços da Ribeira, que o terremoto de 55, e o fogo que se lhe seguiu destruiram completamente. D'estes paços, em que habitaram os nossos soberanos desde D. Manuel até D. José I, apenas resta um portal, no edificio do arsenal da marinha para o lado do mar, onde chamam as *galés*.

Junto á egreja de Santos o Velho houve uns paços reaes, onde residiram por vezes, como casa de campo, os reis D. João II, D. Manuel, e D. Sebastião. Cremos que eram o proprio convento de Santos, ao qual pertencia aquelle templo, e que fôra fundado por D. Sancho I para os cavalleiros de Santiago, e depois dado por D. Affonso III ás commendadeiras da mesma ordem, quando transferiu os cavalleiros para Alcacer do Sal. Edificando D. João II o convento de Santos o Novo, mudou para elle as commendadeiras, e destinou o convento de Santos o Velho para paços reaes.

Todavia isto é uma supposição nossa, que não tem por base mais que algumas probabilidades. Antes de a abraçarmos parecia-nos que os referidos paços estavam logo abaixo da egreja, onde ha pouco se via uma casa com uma varanda coberta, e guarnecida pelos lados de columnas e rotulas, e que foi ultimamente demolida para se fazer communicar a nova rua 24 de Julho com a das Janellas Verdes. O que é certo, é que só depois da morte del-rei D. Sebastião as commendadeiras pediram e obtiveram licença para vender o convento de Santos o Velho, que foi comprado por D. Luiz de Lencastre, que fez d'elle um palacio para sua residencia. Hoje pertence á casa dos marquezes de Abrantes, os quaes no seculo passado começaram a reedifical-o, deixando-o por acabar.

No reinado de D. Manuel, sua irmã, a rainha D. Leonor, viuva de D. João II, mandou construir dois palacios, um assim que enviuvou, e para o qual foi logo morar, e o outro passados alguns annos. O primeiro era situado proximo do convento de Santo Eloy, tendo passadiço para a egreja, com tribuna reservada. Julgâmos que existiu no sitio em que vemos agora um palacete, por baixo do qual está o *Arco das Damas*, e passa a rua do mesmo nome.

O segundo estava contiguo ao convento da Madre de Deus, e chamavam-lhe os *paços d'Enxobregas* (Xabregas). N'elles viveu a rainha D. Leonor nos seus ultimos annos. Depois da sua morte habitaram em diversas occasiões n'estes paços el-rei D. João III, a rainha D. Catharina, sua mulher, sendo regente do reino, na menoridade de seu neto el-rei D. Sebastião, e este monarcha. D. Catharina, depois de demittir de si a regencia, fixou alli a sua residencia, e ahi morreu. Reinando D. João IV, por solicitações da rainha D. Luiza, foi doado este palacio á condessa de Unhão, camareira-mór. Succedendo os marquezes de Niza nos morgados da casa de Unhão, entraram na posse d'este edificio no seculo passado, reconstruindo-o completamente.

Em tempos del-rei D. João III construiu seu irmão, o infante D. Luiz, os *paços de Salvaterra*, que foram reedificados por D. João V.

Na menoridade de D. Affonso VI, tratando a rainha regente D. Luiza de pôr casa a seu filho segundo, o infante D. Pedro, estabeleceu-o no *palacio de Corte Real*, que fôra do marquez de Castello Rodrigo, e que por este ter seguido as partes de Castella na restauração do reino, tinha sido sequestrado para a corôa por el-rei D. João IV. N'este palacio, que tirava o seu nome do appellido da familia a que pertencêra, fez a sua residencia habitual o dito infante D. Pedro, tanto na sua regencia pela deposição de D. Affonso VI, como depois sendo rei. Estava situado junto ao Tejo, com passadiço para os paços da Ribeira, e occupava o terreno em que actualmente estão as officinas do arsenal da marinha, e parte do largo do Corpo Santo, e da rua do Arsenal. Continha 185 salas e quartos. Ardeu todo em 17 de julho de 1750, e arruinou-o inteiramente o terremoto de 1755, fazendo-o desapparecer o novo plano de reedificação da cidade.

Da mesma epocha são tambem o *palacete do Calvario*, e o primeiro *palacio de Queluz*, confiscado ao marquez de Castello Rodrigo, e reconstruido e augmentado por el-rei D. Pedro II.

O palacio da Bemposta é pouco posterior. Fundou-o a rainha D. Catharina, viuva de Carlos II rei de Inglaterra, e filha do nosso rei D. João IV.

Intentou D. João V construir em Lisboa um palacio magnifico para sua residencia, e chegou a encarregar a escolha do local a varios architectos e medicos. Porém, foram tão discordes as opiniões, principalmente em relação á salubridade, que o soberano desistiu do intento, resolvendo-se a acrescentar e aformosear ao gosto moderno os paços da Ribeira. São obra d'este monarcha os *paços de Mafra*, e o

das *Necessidades*. Comprou ao conde de Aveiras a quinta e *palacio de Belem*, que augmentou e melhorou.

Destruidos pelo terremoto os paços da Ribeira, e de Corte Real, levantou-se á pressa no alto da Ajuda um palacio abarracado, onde viveu e morreu el-rei D. José. O marquez de Pombal fez os maiores esforços para edificar um palacio digno d'aquelle soberano. Encontrava, porém, sempre no animo timorato del-rei maior repugnancia em tornar a morar em edificios altos, e de pedraria. Vencendo a final esta resistencia, incumbiu a varios architectos a feitura da planta. Apresentaram-se á approvação regia diversos riscos de palacios sumptuosos, e designaram-se differentes sitios para a fundação. Como no tempo de D. João V foram muitos e oppostos os pareceres da côrte e dos facultativos, el-rei, prevalecendo-se d'esta circunstancia, foi addiando a ultima resolução, de sorte que não chegou a dar-se principio á obra.

A rainha D. Maria I habitou alternadamente nos paços velhos da Ajuda, e nos novos de Queluz, e depois do incendio dos primeiros morou tambem na praça do Commercio, no palacio da secretaria da justiça, e no da camara municipal, fazendo um passadiço de madeira sobre a rua do Oiro, que os communicava. Seu esposo el-rei D. Pedro III fez o palacete de Caxias.

D. João VI, sendo principe regente, deu começo ao novo palacio da Ajuda, onde nunca residiu, e na quinta real do Alfeite reedificou com proporções mesquinhas uma pequena casa de campo que ahi havia. No seu regresso do Brasil viveu primeiramente no paço de Queluz, e depois no da Bemposta, onde falleceu.

A rainha D. Carlota Joaquina de Bourbon comprou, e acrescentou muito o palacio e quinta do Ramalhão, que ha poucos annos se vendeu, e ao presente é propriedade do sr. José Isidoro Guedes.

Sob a regencia, e no reinado de D. João VI, sua tia, a princeza D. Maria Benedicta, principiou e acabou o *asylo dos invalidos militares de Runa*, edificio grandioso, cuja metade é palacio real, hoje propriedade da coroa.

No reinado da sr. D. Maria II comprou el-rei o sr. D. Fernando o convento dos monges de S. Jeronimo da serra de Cintra, e ahi fundou o magnifico *palacio gothico da Pena*.

El-rei o sr. D. Pedro V mandou construir desde os alicerces o novo *palacio do Alfeite*.

São estes os palacios reaes pertencentes aos nossos soberanos, de que temos conhecimento. Não entra no plano d'esta obra tratar dos outros paços fóra de Lisboa, e seus arrabaldes.

Acrescentaremos a este resumido quadro historico uma abbreviada noticia de cada um dos palacios reaes existentes na cidade.

I. DE VILHENA BARBOSA.

## FAC-SIMILE DO ROSTO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DOS LUSIADAS — 1572

(Vid. pag. 143)

Em 1845, o sr. dr. J. F. de Castilho, então bibliothecario-mór da bibliotheca nacional de Lisboa, conseguiu que áquelle estabelecimento fossem enviados os exemplares que se conheciam das edições de 1572, para elle os confrontar entre si com a da bibliotheca. [1]

Em resultado d'este exame, em que tão atilado critico achou differenças que os outros não tinham descoberto, escreveu o sr. Castilho n'uma folha, entre a guarda e o rosto, do referido exemplar da bibliotheca a seguinte nota:

Esta é, segundo todas as probabilidades, a 2.ª edição do mesmo anno da 1.ª de 1572.

Eis aqui os meios de distinguir uma da outra, nos dois exemplares que tenho presentes.

— Tarja do frontispicio, mais larga no n. 1 que no n. 2 (não obstante o que diz Trigoso, no tom. 8 das Memorias da Academia). Ibi. n. 1, o pelicano voltado para a direita; n. 2 (este) para a esquerda. Ibi, as linhas obliquas da columna inferior da tarja são no n. 1 da direita para a esquerda; as do n. 2 da esquerda para a direita. Ibi, os capacetes olham ambos para fóra no n. 1, e ambos para dentro no n. 2. Em geral todas as letras do frontispicio são maiores no n. 1, e ha muitas outras pequenas differenças.

Privilegio. É inexato o que diz Trigoso, porque o typo é o mesmo nas duas edições. Ha porém muitas differenças que elle não mencionou, e que marquei com esta tinta (verde) ao lado, n'este exemplar, sendo os traços verticaes a indicação das palavras onde na edição n. 1 acabam as linhas. São 34 linhas no n. 1 e 33 no n. 2.

Informação do qualificador. No n. 2 a letra é irmã da do texto; no n. 1 mais miuda. A assignatura no n. 1 do mesmo corpo que a informação; no n. 2 maior. No n. 1 o F. de Ferreira por baixo do B; no n. 2 por baixo do F. N'este exemplar vão marcadas, tambem com tinta verde, as alterações das duas edições, taes como as indica Trigoso. Ha porém as seguintes differenças entre o que elle diz e o nosso exemplar.

*Canto 5. Est. 87*

1.ª ed. — Essoutro que esclarece toda a Ausonia
2.ª ed. — Essoutro que escraresse toda Ausonia

A nossa edição (esta) diz assim:

E soutro que esclarece toda Ausonia

*Canto 6. Est. 38*

1.ª ed. — Do Eolo Emisferio esta remota
2.ª ed. — Do Eoo Emisferio esta remota

E a nossa edição diz:

Do Eoo Emisperio está remota

*Canto 9. Est 17.*

1.ª ed. — Por tam largos trabalhos e accidentes
2.ª ed. — Por tão largos trabalhos e accidentes

E a nossa edição diz:

Por tão longos trabalhos, e accidentes

*Canto 9. Est. 74*

1.ª ed. — Qual tão de caçador sagaz e ardido
2.ª ed. — Qual cão de caçador sagaz e ardido

E a nossa edição diz:

Qual tão de caçador sagaz e ardido

Serão erros de memoria de Trigoso?

Revelará isto a existencia de uma 3.ª edição de 1572, suspeita que fortalece a confrontação da largura das tarjas, de que acima fallámos, e que é em contradicção com a nota de Trigoso pag. 170?

Ou pelo contrario houve só uma, e as alterações notadas fóra feitas pelo proprio auctor, em prova de prelo, e depois de impressos alguns exemplares?

Ultimamente, o nosso collaborador e amigo o sr. Innocencio F. da Silva, no t. v. do seu *Diccionario Bibliographico*, n'um artigo riquissimo de noticias

[1] N'esse tempo tinha só um; hoje tem quatro.

illustrativas e analyticas sobre as obras de Camões, tratando da primeira edição dos *Lusiadas* pondera o seguinte:

«Tem sido opinião vulgar entre os bibliographos, que não existem mais que duas edições diversas com a data de 1572, e que os exemplares que apparecem são necessariamente de uma d'ellas. Porém ha toda a razão para crer que isto não passa de uma supposição erronea, e para elucidação do ponto transcreverei aqui parte de uma nota que ha pouco tempo me foi enviada do Rio de Janeiro, da penna do sr. conselheiro J. F. de Castilho, na qual o mesmo senhor, alludindo á memoria que escrevêra em 1848 (citada pelo sr. visconde a pag. 406 do seu livro) se exprime nos termos seguintes: «Sendo bibliothecario-mór, desejei confrontar as chamadas duas edições de 1572, e reuni ante mim, por favor de varias pessoas de Lisboa, sete exemplares de 1572. Passando a verificar as confrontações, segundo os preceitos dados pelos que designaram em que consistiam essas differenças, tive occasião de reconhecer positivamente, que com a data de 72 houve talvez quatro, e pelo menos tres edições. Creio ter provado na minha memoria serem contrafacções umas das outras, e publicadas no intervallo que mediou até 1584, que é a segunda data conhecida de edição diversa. Era o meio de evitar os gastos, estorvos, e perigos das varias censuras, etc.»

«A demasiada extensão que é forçoso dar ao presente artigo não consente alongal-o ainda mais com algumas considerações, que seriam aqui bem cabidas, em abono da opinião de s. exc., quanto á ultima parte.»

Seja porém o que for, da edição ou edições que vulgarmente se reputam uma só, e a que chamam segunda, hei noticia da existencia dos seguintes exemplares: 1.º o da bibliotheca nacional de Lisboa: 2.º o que existia no convento de Jesus, pertencente hoje á academia, dado aos religiosos do dito convento pelo fallecido dr. Lima Leitão, como consta de uma declaração autographa n'elle exarada: 3.º o que foi do fallecido visconde de Almeida Garrett, pertencente hoje ao sr. José Maria da Fonseca: 4.º o da collecção Norton: 5.º o da collecção Adamson (vendido por 11 lb.): 6.º o que foi do dr. Rego Abranches, e depois de Joaquim Pereira da Costa: 7.º o que pertenceu ao extincto mosteiro de S. Bento de Lisboa, d'aqui levado pelo ex-benedictino fr. João de S. Boaventura em 1834 (vid. o *Diccionario Bibliographico*, tomo III, pag. 330), existente agora na bibliotheca publica do Rio de Janeiro: 8.º o do gabinete portuguez de leitura da mesma cidade, comprado por 154$000 réis (moeda do Brasil): 9.º o da bibliotheca imperial de Paris, etc., etc. «Devemos acrescentar: 10.º o da livraria de D. Francisco Manoel, hoje encorporada na bibliotheca nacional de Lisboa.

O sr. visconde de Juromenha na vida de Camões, diz:

«Sobre estas duas edições tem-se suscitado uma questão, isto é, se a segunda foi realmente uma nova edição que saiu no mesmo anno, ou contrafacção da primeira. Eu estou persuadido que foi uma contrafacção d'esta, porém ordenada pelo mesmo auctor ou editor, retratada quanto foi possivel da edição *princeps*, com os mesmos typos, para se não distinguirem d'aquella que saiu no mesmo anno de 1572; podia tambem sair em epocha differente á da data marcada no frontispicio. O que deu logar a esta subtileza, foi porventura a necessidade de evitar as delongas das licenças e censuras, ou alguma cabala que se levantasse contra a integral reimpressão do poema, sem as amputações que soffreu na edição seguinte (1584). Edições do mesmo anno, parecendo identicas no typo, mas com variantes no texto se encontram de outros auctores, e os motivos podiam ser os mesmos.»

Taes são as conjecturas que até aqui se tem feito ácerca dos exemplares que existem da edição dos *Lusiadas*, com data de 1572.

Tambem a nossa é que não houve mais que uma edição, e que as alterações e correcções que se notam nos differentes exemplares que ainda existem, provém de diversas tiragens de algumas folhas, onde vem feitas as emendas que nas primeiras se não tinham corrigido; e que o editor, para as não perder, aproveitou quantas se imprimiram, intercalando-as nos exemplares que se iam encadernando, o que ainda hoje fazem muitos editores que compram manuscriptos com absoluta auctoridade de os publicarem como lhes convier. Por consequencia entendemos que Luiz de Camões não reviu as provas de nenhuma d'essas tiragens, porque vendeu o manuscripto e o privilegio da impressão, sem querer saber mais de uma obra tão mal avaliada pelos seus contemporaneos.

E n'isto nos apartamos da opinião do sr. J. F. de Castilho, que posto se incline a crer que não houve mais de uma edição em 1572, presuppõe que o auctor emendára provas de prelo, depois de se imprimirem alguns exemplares.

Tomâmos por fundamento d'esta nossa opinião as seguintes rasões.

Está hoje averiguado que nem os exemplares que tem a gravura do rosto direita, havida por primeira, nem os que a trazem ás avessas, tida por segunda, se conformam uns com outros. Isto verificámos nós mesmo, nos quatro exemplares que hoje possue a bibliotheca nacional de Lisboa. De sorte que se quizermos contar as edições pelas variantes dos exemplares que se conhecem, havemos de concluir que houve mais de duas no mesmo anno da data (1572).

E porém absurdo crer tal, não só porque o poema dos *Lusiadas* não teve então grande nomeada, mas até foi julgado por obra mediocre. Haja vista o alvará do soberano a quem o auctor o dedicou, dando-lhe uma tença de 15$000 annuaes, por ***tres annos sómente;*** onde nem se quer se lhe consigna o titulo do poema, e apenas se diz que mostrára ***sufficiencia no livro que fez das coisas da India.*** Além d'isto, a tença não lhe foi dada, especialmente, por elle ter publicado os *Lusiadas*, como se tem dito, mas ***havendo respeito*** (são palavras do referido alvará del-rei D. Sebastião) ***ao serviço*** que Luiz de Camões, cavalleiro fidalgo da minha casa, me ***tem feito nas partes da India***, por muitos annos, e ***aos que espero que ao diante me fará.*** [1]

Quanto á extracção dos livros, sabemos quanto era então limitada, e sobretudo n'uma epocha tão calamitosa para Lisboa como foi a da publicação dos *Lusiadas*. Accresce que os livreiros da rua Nova alugavam certas obras para se lerem em casa, o que devia diminuir muito a venda.

Como é crivel pois que se fizessem mais de duas edições dos *Lusiadas* no mesmo anno?

As alterações e emendas que se notam nos exemplares que existem, não provam diversidade de edições, não só porque muitos erros da chamada primeira, se repetem na que se julga ser segunda, mas por que esta traz erros que não vem n'aquell'outra. Isto prova que houve mais de uma tiragem, que as emendas se fizeram na fôrma, e que algumas folhas saíram mais correctas que outras, aproveitando porém o editor todas quantas se imprimiram, de que resulta não sabermos qual seja o exemplar mais conforme ao original, ou, antes, á copia que serviu para esta primeira edição. (Continúa)

1 Vid a integra d'este alvará no t. 1. a pag. 169 da edição Juromenha.